

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Prof. Deusimar Freire Brasil
Departamento de Oceanografia e Limnologia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Verdade
(Carlos Drummond de Andrade)

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil da meia verdade.
E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela. E carecia optar.
Cada um optou conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Quando realizamos uma abordagem acadêmica de um evento social ou biológico, percebemos que ainda está impregnado em nossa percepção e, portanto, em nossa conduta, atitudes positivistas e de fragmentação do evento como um todo. Isto se torna um problema, porque na verdade esses eventos ocorrem no mundo real como um todo, e como consequência tem-se uma fragilidade em sua sistematização acadêmica. Esta situação é muito recorrente, porque na maioria dos métodos de estudo é preciso fragmentar o todo para tentar compreendê-lo em suas partes componentes. Portanto, epistemologicamente esta prática tem levado a uma distorção da realidade e muitas vezes a uma incapacidade de compreendê-la em sua plenitude.

A própria conduta institucional da universidade passa por esta problemática. A missão fundamental da universidade é a formação de pessoal qualificado. Para atingir este objetivo é preciso desenvolver, em interação com a sociedade, as atividades acadêmicas, as quais não tradicionalmente referidas com o tripé de sustentação universitária: ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades são, então, responsáveis pela produção do conhecimento e, desta forma, precisam ser executados com a participação dos estudantes para que estes atinjam a tão almejada formação altamente qualificada. Portanto, esta deve ser a rotina da universidade para cumprir sua missão.

Neste processo de produção do conhecimento está envolvida toda a comunidade universitária, mas faz-se necessária a participação também da sociedade.

O problema é que na realização destas atividades, ou seja, a rotina da universidade representada por este tripé, tem sido praticada com distorções, de forma semelhante quando nos referimos à abordagem fragmentada dos eventos sociais ou biológicos. Nesse contexto, nos deparamos com os mesmos problemas, pois a rotina da universidade também se constitui num todo, principalmente quando o viés está relacionado à formação dos estudantes; por mais que haja fragmentação deste todo para facilitar procedimentos administrativos. Como estes procedimentos administrativos dão suporte à ação acadêmica, ficamos a um passo do recrudescimento de atitudes positivistas e distorcidas da realidade e seus efeitos colaterais na produção do conhecimento e na formação profissional dos estudantes.

Entre outras conseqüências, encontramos uma dificuldade em conceituar, caracterizar e por em prática cada uma destas atividades acadêmicas. Aliás, a fragmentação leva a um aumento do custeio da universidade, pois passa a haver necessidade de planejamento e logística para cada uma dessas atividades. Quando elaboramos um conceito das mesmas, na tentativa de melhor compreendê-las e otimizá-las fica uma sensação que o conceito de cada uma está incompleto; falta algo! Por mais que seja bem elaborado, temos a sensação que está faltando alguma coisa. Ou seja, quando somamos os resultados do tripé, não há uma equivalência com o todo real, ocorrendo, portanto um empobrecimento conceitual e pragmático desta realidade e, por conseguinte, das atividades acadêmicas e da formação profissional dos estudantes. A soma das partes não representa o todo porque perdemos, certamente, os efeitos de interação.

Esta questão se torna mais complexa porque, para que haja a produção do conhecimento, não é necessária apenas uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão isolada somente no contexto da comunidade acadêmica. Estas atividades acadêmicas devem interagir com a sociedade e suas demandas, bem como com o aparato institucional que permeia este tecido social. Dentro da própria universidade é preciso entender que a prática dessas ações não se restringe apenas aos docentes, mas sim com toda a comunidade universitária, ou seja, docentes, discentes e técnico-

administrativos, condição ainda não percebido claramente por todo o conjunto da comunidade acadêmica.

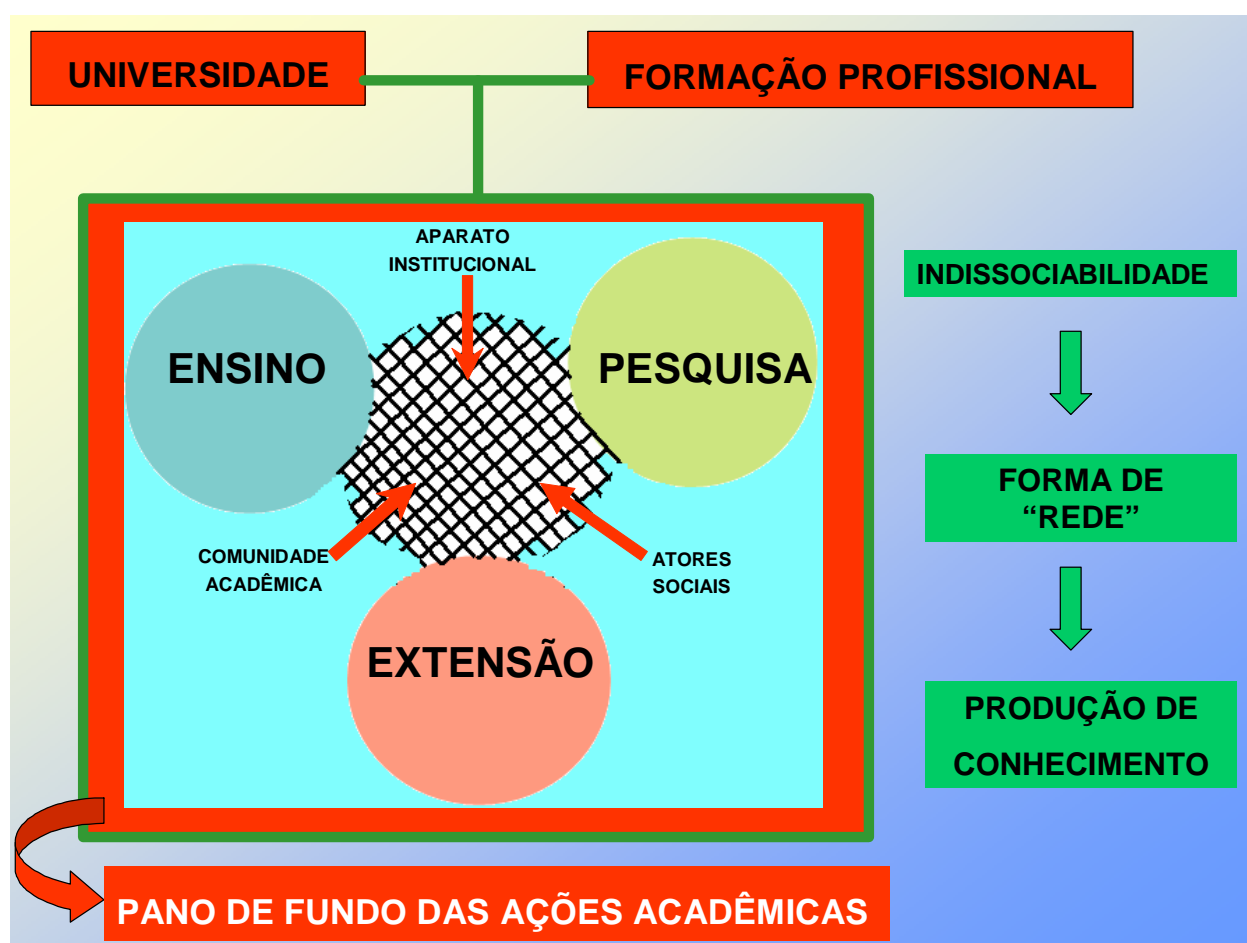
Consciente desta problemática a universidade tem procurado aprimorar suas atividades acadêmicas. Assim, nos últimos anos novas proposições foram feitas para melhor qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão, em geral com base em reflexões teóricas e experiências práticas, sempre com uma visão crítica do papel e da missão da universidade. Mas, mesmo com este aprimoramento percebemos, quando aprofundamos nosso olhar crítico, que as ações acadêmicas ainda não representam a riqueza da realidade dos eventos como um todo.

Na prática convencional da extensão universitária ainda há o predomínio do conhecimento acadêmico, caracterizando uma ação conservadora encoberta por uma retórica de transformação. O povo, os trabalhadores, contudo, permanecem silenciosos. Transparece uma superioridade de quem entrega e uma inferioridade de quem recebe. Para não falar da quase ausência da preocupação com a produção do conhecimento. A descaracterização do processo participativo começa no interior da própria universidade, com pouca participação de técnico-administrativos e participação parcial dos discentes em apenas algumas etapas da atividade de extensão. Para não falar das práticas assistencialistas, ainda muito comum nas atividades de extensão executadas nos departamentos acadêmicos.

A superação deste *status quo* repousa numa ação acadêmica indissociada entre ensino, pesquisa e extensão, focada num mesmo evento, seja ele social, biológico, tecnológico ou de outra natureza, com ampla participação da comunidade acadêmica, sociedade e outros segmentos do aparato institucional governamental e não governamental. Nesse contexto, deve ser instaurado o diálogo como estratégia da prática da extensão, fato que estimula o processo participativo e, por conseguinte, a produção do conhecimento e não, simplesmente, a promoção de uma relação entre saberes acadêmico e popular. A busca por produção de um conhecimento se sobrepõe a dimensão de troca de saberes. Assim, a sociedade pode usufruir dos resultados, sem necessariamente ter que freqüentar seus cursos regulares.

Esta reflexão que propõe uma ação interativa entre ensino, pesquisa e extensão se dá, claramente, num formato de rede. Nesse sentido, rede pode ser entendida como

“relações associativas entre indivíduos, associações e instituições, que têm como caráter de permanência, cooperação e compromisso”. As características de um processo social em rede podem ser: (1) visão e objetivos compartilhados, definindo-se um norte comum; (2) interligação dos nós compartilhando nas suas relações, com toda rede, valores tais como solidariedade, aliança, cooperação e ética; (3) participação voluntária e sem hierarquia, com gestão por consenso, a partir de um planejamento objetivo, construído com a participação de todos, com respeito e valorização da diversidade e da heterogeneidade de seus participantes; (4) intencionalidades e expectativas compartilhadas, com interesses comuns a desenvolver; (5) necessidade contínua de diálogo gerando co-responsabilidades; (6) desenvolvimento de acordos e negociações; (7) soma de esforços para realizar ações produzindo interações e obtendo resultados maiores do que seria possível conseguir individualmente; (8) construção coletiva, contexto em que o desenvolvimento individual é incongruente e contraditório; (9) potencialização dos recursos utilizados; (10) produção de novos conhecimentos. Na figura apresentada a seguir é mostrado um esquema deste processo.



Curiosamente, se aprofundarmos a compreensão oficial da extensão universitária, percebemos que a mesma reflete esse formato, com uma ação acadêmica em que ensino e pesquisa devem estar presentes. **Senão vejamos a definição do FORPROEX (1987); “A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social”.** Outra conceituação foi dada no Plano Nacional de Extensão Universitária do MEC (1999): “A atividade de extensão terá sentido se interpretada como a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos”.

A prática da extensão vista sob o enfoque interativo entre ensino, pesquisa e extensão, sobre uma mesma realidade, não é um processo em que a universidade substitua as responsabilidades do Estado, nem tampouco a universidade se apresente como detentora de um conhecimento pronto e acabado. É uma ação acadêmica que considera que a realidade social é determinada e não dada como obra natural. O conhecimento gerado a partir de um processo interativo entre ensino, pesquisa e extensão gera as transformações necessárias à superação de todo e qualquer processo de exclusão promotor de injustiças.

Concluindo, é importante destacar um conjunto de atribuições que são referidos em muitos estudos orientadores da prática da extensão universitária que, de certa forma, refletem a ausência de uma melhor compreensão sobre sua prática. Muitas vezes, ficamos na dúvida se tais orientações traduzem objetivos, metodologias ou mesmo

estratégias de condução da extensão. Mesmo assim, são válidas e merecem ser destacadas para concluir esta reflexão:

- A extensão é parte de um processo que visa melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social.
- A extensão é um conjunto de procedimentos pedagógicos, de comunicação e motivação.
- A extensão deve realizar uma abordagem holística, sistêmica, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.
- A extensão deve ser um processo participativo, em via de mão dupla, estimulando-se ações de cooperação e criatividade, em detrimento do individualismo.
- No âmbito da comunidade acadêmica, deve haver participação dos docentes, discentes e técnicos administrativos em todas as etapas do trabalho de extensão.
- Priorizar ações de interação que levem a percepção que “o todo é maior que a soma das partes”.
- As ações de extensão devem favorecer o fortalecimento do processo de organização social e política do grupo social, gerando a percepção que esta organização cria um valor simbólico de relações afetivas.
- Os atores devem se sentir parte integrante do grupo social, fato que estabelece sentimentos nobres entre os participantes.
- As ações devem ser conduzidas no sentido de ampliar conceitos e visão sobre a realidade trabalhada.
- Deve ser dado maior valor para troca (intercâmbio) e para as relações.
- Estimular a participação de mulheres e jovens.
- Estabelecer um processo ético a partir de todas as partes envolvidas.
- Respeito aos mais velhos, mais novos ou qualquer condição de sócio-diversidade.
- Instaurar mecanismos de sustentabilidade, com valorização cultural, conservação ambiental e Justiça social.
- Atividades devem ser desenvolvidas no contexto da realidade.
- Valorização do saber cognitivo do grupo social (saber popular)
- Valorização da dinâmica política interna do grupo.
- Democratizar as informações sobre as atividades.
- Estabelecer contrapartida do grupo social. O assistencialismo gera dependência, empobrece a organização, vicia, custa caro, enriquece alguns poucos e humilha a todos. Quando for necessária deve ser muito bem planejada.
- Deve ser estabelecido um processo contínuo de avaliação crítica.